



"Ideologia de Gênero" e as supressões de questões sobre gênero e sexualidade dos planos educacionais.

Rafaela Oliveira Borges

Resumo:

Este trabalho propõe discussão sobre políticas públicas que articulam as temáticas de gênero e sexualidade na educação. Nesse sentido, objetiva-se analisar brevemente algumas condições que possibilitaram as supressões de diretrizes sobre questões de gênero, identidade de gênero e orientação sexual dos planos estadual e municipal de educação do Rio Grande do Sul e da sua capital, Porto Alegre. Empregando a análise de conteúdo, examinou-se através de emendas e transcrições de sessões plenárias o posicionamento dos atores políticos para as modificações nos planos educacionais. Os principais resultados mostram uma relevante articulação entre atores políticos com movimentações de setores conservadores da sociedade, como o movimento "Escola sem Partido". Como verdadeiros "empresários morais" conforme Becker (1977), líderes destes movimentos empenham-se em instituir suas pautas sobre a educação. Através da categoria acusatória da "ideologia de gênero" sugerem alterações nos parâmetros e criam novos projetos de lei. Ainda, a partir destas constatações, salienta-se a proliferação destes projetos de lei, que em síntese, pretendem incluir na Lei 9.394 que estabelece diretrizes e bases da educação nacional, proibição ao ensino de questões sobre gênero e sexualidade nas escolas.

Apresentação

Nos últimos três anos por meio dos *mass media* viu-se eclodir em plenárias de câmaras municipais e assembleias legislativas do país, discussões sobre a



inclusão de questões relativas a gênero e sexualidade nos Planos de Educação. Estas discussões sucederam a polêmica iniciada em meados de 2014, enquanto tramitava no congresso nacional o Plano Nacional de Educação –PNE. O PNE constitui-se como um plano base-decenal, compreendendo o período de 2014 a 2024. Versando sobre a “garantia do direito a educação básica, redução das desigualdades e valorização da diversidade, valorização dos profissionais da educação e metas para o ensino superior”, reúne em seu texto diretrizes, metas e estratégias voltadas para o empreendimento de melhorias na educação brasileira.

No entanto, o enfoque considerado no Projeto de Lei do PNE sobre a “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na *promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual*”; após discussões sobre a presença dos termos de ‘gênero’ e ‘orientação sexual’, acabou modificado em favor da exclusão destas categorias, reescrevendo-se tal inciso da seguinte forma: Lei 13.005 -“Art. 2º -III *promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação*”. Não obstante, por volta de junho e julho de 2015, data limite para os demais planos serem elaborados/adequados a luz do PNE, assistiu-se através dos *mass media* a derrocada de questões relativas a gênero e sexualidade de diversos planos estaduais e municipais de educação.

Contudo, as discussões que suscitaron os atores políticos desvendam-se muito mais amplas e anteriores a aprovação dos planos de educação, ao considerar as movimentações de setores conservadores da sociedade empenhados em instituir suas pautas sobre a educação. A exemplo, movimentos como o “Escola sem Partido” datam desde 2004. Ainda, grupos em sua maioria religiosos, literalmente desenvolveram “cruzadas morais” no sentido expresso por Becker (1977), contra a inserção das questões de gênero e sexualidade nas escolas. Ainda, a categoria “ideologia de gênero”, criada pelos grupos religiosos e presente nos discursos de vereadores e deputados de bancadas religiosas/evangélicas, espalhou o “pânico moral” divulgando crenças em torno da ameaça de um incentivo a homossexualidade e a uma escolha livre sobre o gênero, provocando desta forma,



constantes mobilizações sobre a presença das questões de gênero e sexualidade nos planos educacionais.

Diante disso, é relevante a investigação de uma onda conservadora política/religiosa, que atua em diferentes esferas da vida social. No caso da educação, questionar posicionamentos, justificativas e ações de atores políticos, para além de verificar influências, supressões e recuos sobre os planos educacionais, problematiza a obstinação em ocultar as discussões sobre gênero e sexualidade nas escolas.